

LES NOUVEAUX PRINCIPES DE L'URBANISME

François Ascher

Paris: Éditions de l'Aube, 2004. (l'Aube poche essai.)

Pedro de Novais Lima Junior (UFV)

As sociedades ocidentais adentram uma nova fase da modernidade. Profundas transformações nas formas de pensar e agir, nas ciências e técnicas, nas relações políticas, econômicas e sociais, desencadeiam uma terceira revolução urbana moderna e colocam em pauta mudanças nas formas de conceber, produzir e gerir cidades e territórios. Em linhas gerais, esse é o contexto construído por François Ascher (2001) com o fim de subsidiar sua argumentação sobre a emergência e sobre a necessidade de um novo urbanismo, instrumento com o qual a sociedade pode enfrentar as transformações urbanas em curso, aproveitando as oportunidades que se apresentam e limitando possíveis efeitos nocivos.

Em sua primeira edição (Aube Nord, 2001) o livro recebeu apoio da Região Nord-Pas-de-Calais (coletividade que compõe um dos níveis da administração territorial francesa), dentro de um programa que se propõe a contribuir para “o desenvolvimento de uma cultura prospectiva regional” (segundo J-F. Stevens, da Mission prospective du Conseil régional Nord-Pas-de-Calais). Pelo menos outras duas edições, em coleções diferentes (*Intervention/Monde en cours*, 2001; e *l'Aube poche essai*, 2004), foram lançadas pela mesma editora. Sua publicação recente em formato de bolso consolida o reconhecimento do autor que vem, há algum tempo, construindo um panorama sobre a sociedade e o urbanismo contemporâneos (*Métapolis ou l'avenir des villes*, 1995; *La République contre la ville*, 1998; *Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*, 2001).

O texto está organizado em quatro partes, reveladoras da estrutura de argumentação do autor. Em “Urbanização e Modernização” encontra-se delineada a relação histórica entre as cidades e as sociedades modernas e entre o que são consideradas como sucessivas revoluções urbanas e as respostas urbanísticas que procuraram fazer-lhes face. A segunda parte do livro, intitulada “A terceira modernidade”, trata da presente fase do processo de modernização, cujo reatamento espacial é discutido na parte seguinte: “A terceira revolução

urbana moderna”. Finalmente, em “Os princípios de um novo urbanismo”, são apresentadas as proposições para enfrentar os desafios da nova fase da modernidade.

A descrição cuidadosa da relação entre as cidades e a organização e dinâmica sociais é necessária para garantir legitimidade aos preceitos que Ascher defende como adequados para nortear as intervenções urbanas contemporâneas. A argumentação é enriquecida de uma reconstrução da história dessa relação, recurso lógico para sustentar a novidade dos princípios urbanísticos apresentados. A análise detém-se na modernidade, na qual são distinguidas três fases, correspondentes a diferentes “revoluções urbanas modernas”.

Modernidade é o resultado de um processo (modernização) de permanente transformação social, referido ao futuro e impulsionado pela combinação de três dinâmicas diferentes: individualização, racionalização e diferenciação social. Individualização diz respeito à identificação da pessoa, e não do grupo ao qual pertence o indivíduo, como elemento base da constituição do todo social (p.13). Racionalização é indicativa do desprezo da tradição e do valor atribuído à experiência – especialmente aquela elaborada na forma do conhecimento científico – para o balizamento das tomadas de decisão. Diferenciação social, relacionada à diversificação de funções e ao desenvolvimento da divisão técnica e social do trabalho, explica o aumento da diversidade e das desigualdades entre indivíduos e grupos e a constituição de uma sociedade cada vez mais complexa.

No recorte temporal apresentado, a primeira fase da modernidade corresponde à Renascença. O desenvolvimento e a autonomização da ciência, as mudanças quanto ao lugar da religião, a emancipação política da *civitas* e a emergência do Estado-nação contribuem para reestruturar as cidades: o novo poder do Estado toma lugar central e apresenta-se, pela perspectiva, à apreciação do indivíduo; a mobilidade torna-se uma questão importante, as cidades são expandidas e suas ruas alargadas e diferenciadas funcionalmente. Conforme nota Ascher, a cidade renascentista é moderna porque “é projeto; ela cristaliza a ambição de definir e dominar o futuro, de ser o enquadramento espacial de uma nova sociedade” (p.16).

O urbanismo surge na segunda modernidade, indício da mobilização científica e técnica demandada para garantir o bom desempenho dos sistemas de

transporte e estocagem de bens, informações e pessoas. Seu propósito é atenuar as insuficiências e disfunções do mercado, conforme materializadas no ambiente construído, por meio do ajustamento das cidades à realidade de um mundo industrializado e às exigências da produção, distribuição e consumo (p.18). Nessa média modernidade, os princípios da indústria se tornam referência para pensar a cidade: a especialização taylorista fabril toma a forma do zoneamento espacial; com a mediação do Estado-Providência, o mundo fordista da produção e consumo em massa ganha materialidade, inscreve-se e estrutura o espaço urbano pela disposição de redes de comunicação, saneamento e transportes, pela implantação dos grandes conjuntos de habitação social e pela localização de equipamentos coletivos. A diferenciação social também encontra seu lugar graças a alguns avanços tecnológicos como os elevadores, que permitiram que os ricos pudessem habitar os andares ensolarados dos centros urbanos, e ao desenvolvimento dos transportes coletivos, que possibilitou o surgimento dos subúrbios industriais ou residenciais.

A acentuação das três dinâmicas constitutivas da modernização conforma uma sociedade mais racional, mais individualista e mais diferenciada, que o autor dedica-se a descrever pois, a seu ver, é quando “nos tornamos verdadeiramente modernos” (p.22).

A aceleração do processo de transformações, característica da modernidade radical, coloca em dúvida receitas anteriormente acreditadas e demanda que as ações (intervenções urbanas, por exemplo) sejam acompanhadas de processos reflexivos: é necessário examinar permanentemente as escolhas possíveis e reexaminá-las em função do que se começa a fazer (p.23). A consciência das condições de limitada racionalidade suscita uma crescente mobilização de conhecimentos para instruir a tomada de decisões. Assim é explicado o desenvolvimento de ciências relacionadas aos processos de decisão, tais como as teorias dos jogos e escolhas limitadas, aplicadas na formulação de estratégias em situações de conflitos. A demanda por reflexividade também justifica a importância atribuída às ciências cognitivas e o interesse em novas formas de representação da realidade, como as teorias do caos e da complexidade. As dificuldades, angústias e inseguranças da sociedade contemporânea são expressas em termos de perigos prováveis a serem administrados (p.26). Assim,

incerteza e risco, estratégia e precaução tornam-se as palavras-chave da modernidade radical (também designada *reflexiva*).

A obrigatoriedade de escolhas constantes – deve-se decidir sobre tudo todo o tempo – contribui para o desenvolvimento de padrões de vida e perfis de consumo cada vez mais diversificados. Intensifica-se, assim, o processo de individualização, que se manifesta na constituição de grupos sociais cada vez menores, que desafiam as formas de representação política institucionalizadas e a oferta não segmentada de bens e serviços. Mesmo os processos tidos como homogeneizantes contribuem para acentuar a diferenciação social: a reestruturação produtiva em escala mundial se vale de assimetrias territoriais e, assim, reforça as desigualdades entre sociedades locais, inclusive quando as articula num mesmo processo de produção; a difusão, pelo planeta, de um conjunto abrangente de referências culturais expande o leque de opções de indivíduos e grupos (p.31).

Também contribuem para a crescente e mais complexa diferenciação social os maiores graus de mobilidade social: distintas formas de socialização (pelos meios de comunicação e informação, por exemplo) reduzem o peso das origens sociais na determinação de escolhas e práticas individuais. Como a mobilidade física aumenta – os avanços tecnológicos permitem a autonomia diante dos constrangimentos espaciotemporais já que, com os novos sistemas de comunicação, as interações podem prescindir do encontro direto –, também são ampliadas as possibilidades de contatos e trocas e, portanto, alargadas as bases sobre as quais as diferenças ou afinidades se assentam (p.33).

Ascher emprega a noção de *sociedade hipertexto* para designar a emergência de indivíduos socialmente plurais, isto é, que pertencem, simultaneamente, a diferentes grupos sociais (num hipertexto, uma mesma palavra faz parte de uma multiplicidade de textos). Trata-se do oposto à idéia de uma sociedade de massa, pois, na modernidade radical, a atomização social é apenas aparente: os elos que ligam os indivíduos não estão rompidos, são mais instáveis, porém mais numerosos e fáceis de serem refeitos. Assim, a sociedade hipertexto pode ser representada por séries de redes conectadas que expressam novos modos de construção identitária e de formação do tecido social (a possibilidade de indivíduos deslocarem-se entre diferentes uni-

versos sociais é descrita em termos de uma solidariedade de comutativa, em contraste com as formas mecânica e orgânica de solidariedade, propostas por Dürkheim).

O texto de Ascher acompanha a narrativa corrente, segundo a qual a economia contemporânea está fundada na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informações e processos. A nova economia do conhecimento e da informação caracteriza-se pela reflexividade. Ela resulta da crise dos dispositivos de produção repetitivos e relativamente simplificados, próprios do industrialismo. Ela também coloca em questão a previsibilidade e o otimismo quanto ao futuro da sociedade industrial e desestabiliza a crença no planejamento como meio de reduzir as incertezas (p.43). A nova economia demanda a mobilização, sob diversas formas, do progresso das ciências e das técnicas e depende da consideração de valores de capital difíceis de mensurar (*know-how*, relações pessoais, criatividade).

A economia cognitiva também é mais individualizada no campo do consumo e mais diferenciada no âmbito da produção, já que emprega novas técnicas de divisão do trabalho e de exteriorização e terceirização das atividades da empresa (p.45). Por isso, suscita novas formas de regulação, entre as quais se destacam as parcerias entre diferentes tipos de atores (p.50). Trata-se, sobretudo, de uma economia mais urbana, na qual a cidade é transformada em um espaço produtivo cujas condições de desenvolvimento dependem da acessibilidade aos fluxos de riqueza. A inserção nos circuitos globais constitui justificativa para as iniciativas dos poderes públicos de criar ambientes material, econômica, social e culturalmente propícios para as demandas externas.

A modernidade radical é acompanhada por uma terceira revolução urbana caracterizada, segundo o autor, por cinco grandes desenvolvimentos: a *metapolização*; a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade; a formação de espaços-tempos individuais; a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, e as novas posturas quanto aos riscos.

O fenômeno da *metapolização* refere-se à mudança de escala e forma das cidades, permitida pelo desenvolvimento dos meios de transporte e estocagem de pessoas, bens e informações. *Metápolis* são “vastas conurbações, distendidas e descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas” (p.58), decorrentes da redução das diferenças físicas e sociais entre a cidade e o campo. Es-

sas novas formas urbanas exprimem a crescente irrelevância da proximidade na vida cotidiana e demandam grande intensidade e volume de deslocamentos espaciais. Porém, as diversas *metápolis* são delimitadas pela extensão de seus espaços urbanizados: a *metapolização* é considerada um duplo processo de homogeneização, pelo qual os mesmos atores, interesses e lógicas estão distribuídos por toda a parte, mas também de diferenciação, construído pela concorrência interurbana, que acentua a importância das especificidades locais.

As tecnologias de informação e comunicação contribuem para a transformação do sistema de mobilidades urbanas e para as reestruturações espaciais. Porém, a cidade real não é substituída pela virtual, pelo contrário, ao contribuir para a banalização do audiovisual, o desenvolvimento das telecomunicações termina por valorizar o contato direto, forma de comunicação privilegiada que constitui a singularidade das concentrações urbanas.

O processo de crescente individualização, com base no qual a sociedade contemporânea se organiza, tem como consequência o surgimento de novos arranjos no espaço e no tempo individuais: envolve, em geral, maiores deslocamentos e resulta em ajustes nos modos de regulação dos horários de trabalho e de atendimento ao público. A maior autonomia na organização do espaço-tempo implica maior dependência a sistemas técnicos, especialmente de transporte e comunicação particulares. O acesso desigual a esses sistemas é fator de diferenciação social e suscita pressões sobre os serviços públicos, sobretudo demandas por meios de transporte mais flexíveis. Também constitui um problema, nesse caso para os processos institucionalizados de decisão política e para as organizações que se propõem a integrar posições sobre um grande número de questões, a relativização da importância dos grupos de pertença tradicionais, resultante da diversificação dos interesses individuais e da recomposição dos coletivos com base na tecedura de novos e mais instáveis elos sociais.

O esforço moderno em dirigir o futuro – que implica conhecer possibilidades e antecipar escolhas – e a circulação intensa e acelerada de informações sobre os mais diversos fatos ampliam a incerteza e fazem crescer a noção de risco, que se difunde por diferentes domínios da vida social (p.73). O aumento da insegurança resulta em maiores exigências por seguridade: atores

sociais buscam tudo o que possa produzir confiança. Nesse quadro desenvolve-se o “princípio da precaução”, relacionado às possíveis conseqüências de uma ação. O risco e o princípio da precaução constituem elementos fundamentais no contexto sobre o qual agem os atores sociais, públicos e privados, diretamente envolvidos na produção do espaço urbano.

A terceira revolução urbana moderna suscita novas questões aos urbanistas e planejadores urbanos e demanda a reconsideração das categorias e dos princípios, até então dominantes, de análise e intervenção na cidade. Das questões surgem os desafios cujas respostas constituem o esboço de um *novo urbanismo* (definido como novidade em contraste com as práticas modernistas).

O primeiro desafio diz respeito à necessidade de romper com os planos urbanos de longo prazo e de buscar abordagens mais reflexivas, que permitam elaborar e gerir os projetos num contexto incerto. Segundo Ascher, a noção de projeto é fundamental para as novas práticas urbanísticas, ela indica um instrumento de antecipação (como na acepção tradicional da palavra), mas também de negociação e de indução de iniciativas de diferentes atores: projetos servem para provocar situações que evidenciam as disposições de diferentes grupos e as possibilidades e obstáculos que a sociedade se coloca. Trata-se de passar do planejamento urbano ao “gerenciamento estratégico urbano”, forma que busca aproveitar eventos e forças das quais possa tirar partido (p.80). Como corolário dessa ênfase gerencial, o novo urbanismo tende a privilegiar os resultados em relação aos meios e as avaliações de *performance* em contraposição à normatividade dos planos, às leis e regras impostas (eventualmente, descontextualizadas; p.81). A ênfase na *performance* suscita o desenvolvimento de instrumentos e técnicas estranhas ao urbanismo modernista, acionadas para mobilizar múltiplas inteligências e integrar as lógicas de diferentes autores.

Em termos do espaço físico, o desafio urbanístico diz respeito à construção de uma cidade mais complexa – com espaços polivalentes e equipamentos e serviços multifuncionais, ou seja, que permitam atividades de natureza diferente num mesmo lugar – e integrada, em seus diversos sistemas e redes. As mudanças são necessárias para garantir um uso mais intensivo dos espaços urbanos e para que as cidades possam atender às di-

ferentes demandas individuais, às novas práticas sociais e às formas variadas de sociabilidade (p.84-93).

O novo urbanismo também tem como desafio buscar mecanismos para construir quadros de referência e decisão mais ajustados à crescente diferenciação social. Isto demanda, por um lado, processos decisórios que enfatizem o compromisso, em contraste à imposição do desejo da maioria (p.88) e, por outro, a requalificação dos poderes públicos, tornando-os mais sensíveis às demandas, interesses e ações dos diversos atores sociais (p.90). Nas palavras do autor, trata-se de trabalhar por uma “governança metropolitana”, noção que indica o enriquecimento da democracia representativa com novos procedimentos de deliberação e consulta (p.94).

O texto de Ascher é muito bem elaborado, sua narrativa é agradável e de fácil compreensão. A análise do mundo contemporâneo não apresenta novidades – ela pode ser encontrada alhures: Ulrich Beck, Anthony Giddens, Manuel Castells –, no entanto, o autor é perspicaz e convincente em seus exemplos, especialmente quando discute o papel da tecnologia na produção de novas conformações espaciotemporais.

O problema é que, ao tratar dos grandes movimentos da sociedade ocidental e submetê-los à idéia de modernidade, o autor desconsidera o processo de construção do social, resultado e expressão de conflitos intensos e de diversas ordens. Pelo contrário, descreve um mundo que se desenvolve espontaneamente, a partir do rearranjo de suas próprias estruturas. Não são apresentados os atores desse processo, aqueles que, em suas ações, constroem o mundo descrito. Aqui não é possível ignorar a dimensão política do trabalho de Ascher: a forma neutralizada como é representada a consolidação da terceira modernidade e a revolução urbana que a acompanha – como realização de tendências anteriormente constituídas – contribui para a naturalização da ordem social que seu proponente vivencia em posição privilegiada.

O trabalho de neutralização que o autor empreende fica evidente nos trechos em que é discutida a necessidade de revisão das práticas democráticas a fim de dar espaço às demandas de grupos cada vez mais diferenciados. Pode-se verificar, por exemplo, o deslocamento da questão sobre quem deve participar para a já suficientemente debatida e aceita idéia de que “o planejamento deve ser participativo”, resultado da ênfase

que o autor dá à fragmentação do tecido social. Ao longo do texto aparecem conceitos que já foram alvo de cuidadosa crítica: consenso (sob a forma de compromisso; p.90), parcerias público-privadas (p.95), empregados para descrever – e, de outra forma, para prescrever e instrumentar – os métodos do urbanismo contemporâneo, revelam fórmulas para garantir a prevalência de certas visões que transpõem para o jogo democrático as mesmas situações de desigualdade encontradas no espaço social.

Por sua inclinação missionária o livro pode ser pensado como um veículo pelo qual são difundidas categorias, representações, esquemas de pensamento que visam a legitimar políticas, processos e modelos em urbanismo e planejamento urbano. De fato, é como um guia prático que o texto deve ser lido: não há espaço para dúvidas, não se determinam os limites do conhecimento que o informa. Na base do trabalho está uma postura pragmática, segundo a qual se deve tirar partido das oportunidades, conforme elas se apresentam na nova economia.

Na contracapa de uma das edições, verifica-se que o livro é recomendado pelo modo como conjuga diferentes aportes disciplinares e tece a relação entre teoria e prática no urbanismo contemporâneo. O comentário certamente se dirige àqueles atraídos pela dimensão normativa da teoria. Porém, o texto poderá interessar leitores além de seu público-alvo: aqueles que desejam conhecer – sem necessariamente comungar –, numa síntese bem elaborada e coerente, as idéias que têm fundamentado o receituário dominante para a inserção das cidades nos fluxos mundiais de riqueza.